

2

A concordância e as estruturas predicativas

Como já foi dito, a presente pesquisa, inserida no campo da psicolinguística, pretende investigar o processamento da concordância em estruturas predicativas, com DPs complexos na posição de sujeito.

Tendo em vista os objetivos já delimitados, buscaremos, no presente capítulo, fornecer uma síntese sobre o fenômeno da concordância, evidenciando as contribuições da Linguística Gerativa para caracterização da computação das relações de concordância e relacionando o fenômeno da concordância propriamente dito com a estrutura de interesse do trabalho, estruturas predicativas com DP complexo na posição de sujeito. Por isso, na primeira seção 2.1, tomaremos a estrutura do DP (*Determiner phrase*) como tema e, com base em Abney (1987), descreveremos a estrutura sintática de DPs. Na seção 2.2, trataremos de três diferentes posicionamentos a respeito das representações sintáticas dos traços de número e gênero no âmbito do DP: Picallo (1991 e 2008); Ritter (1993); Di Domenico (1995). Na seção 2.3, apresentaremos o tratamento que o fenômeno da concordância tem recebido na Teoria Gerativa nas propostas desenvolvidas a partir da década de 80. Para tanto, iremos traçar uma comparação entre a ideia de concordância como um nó sintático e a ideia de concordância como uma operação de valoração de traços. Nessa linha de raciocínio, apresentaremos, brevemente, as propostas chomskianas (Chomsky, 1981, 1995 e 1999).

Isso feito, na seção seguinte 2.4, com base nos estudos de Duarte & Oliveira (2010) e Veloso e Raposo (2013), caracterizaremos brevemente o tratamento dado ao participípio em estruturas com os verbos “ficar” e “estar”, usadas em nossos experimentos. Na seção 2.5, apresentaremos uma análise das estruturas copulares em termos de *SmallClauses*, conforme Stowell (1983 e 1995). Fechamos o capítulo, com a seção 2.6, com referência a trabalhos que tratam da concordância em estruturas predicativas com formas participiais, com destaque para o estudo de Simioni (2007).

2.1

A estrutura do DP

Abney (1987) propôs uma estrutura sintagmática que tomava o sintagma nominal (NP – *Nominal Phrase*) como complemento de uma categoria funcional Determinante (D), configurando uma projeção que vai ser chamada de Sintagma Determinante (*DeterminerPhrase*, DP). Essa proposta demonstra uma preocupação em estabelecer uma simetria entre a configuração estrutural do NP e a configuração do sintagma verbal (VP), este último analisado como complemento de uma categoria funcional (*Infl*, *Inflection*). A proposta de uma camada funcional também para a categoria nominal expressa uma preocupação metodológica na busca de uniformidade descritiva. Ao propor o DP como uma categoria funcional máxima, Abney (1987) tomou como referência estruturas possessivas do inglês, como (i) *John's buildinghouse*, estruturas nas quais, segundo o autor, a marca do genitivo ('s) pode ser tomada como uma marca de concordância, fazendo com que o NP (ou VP) se encaixe em uma estrutura mais complexa, o DP, que construiria a referencialidade do sintagma nominal NP, conferindo-lhe estatuto de argumento. A figura 1, a seguir, ilustra a estrutura do DP.

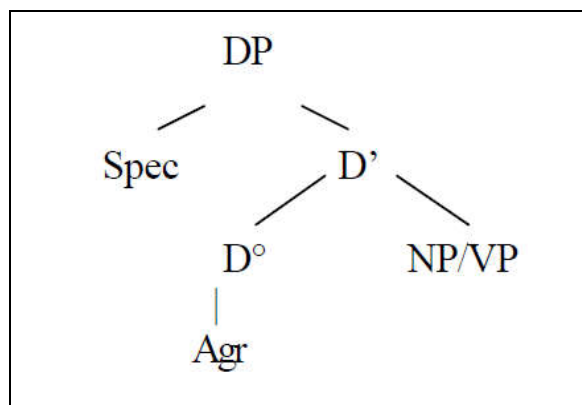


Figura 1: Estrutura do DP (Abney, 1987)

Em PB, por exemplo, em um DP como “*As casas*”, é possível perceber as relações de definitude e concordância de gênero e número entre o artigo definido e

o substantivo, ambos no feminino e plural. Já em Inglês, língua na qual o artigo definido “*the*” não varia em gênero, num DP correspondente como “*The House*”, apenas as relações de concordância de número e a definitude podem ser notadas.

As estruturas de interesse desta dissertação são DPs complexos, que abrigam, em sua estrutura interna, outro DP na posição de complemento de um núcleo preposicional, como em “*A caixa dos brinquedos*”. Essa estrutura, conforme veremos no capítulo 3 sobre lapsos de concordância na produção, pode gerar uma interferência de informação de gênero e número presente no elemento modificador (*os brinquedos*), vindo a afetar o processamento da concordância.

Conforme discutiremos nas próximas seções, a proposta de uma projeção funcional para a camada nominal vai ter implicações para a caracterização de como informação de gênero e número está representada na estrutura sintática interna ao DP, bem como para a definição de relações de concordância em que essas informações comparecem.

2.2.

A representação dos traços de gênero e número nos DPs

De acordo com Name (2002), as pesquisas sobre concordância, até os anos 80, estavam limitadas à concordância verbal. Foi a partir do trabalho de Abney (1987), que a concordância dentro do DP começou a ser explorada, com o foco nos traços de gênero e número dos nomes. E, neste sentido, as pesquisas de Picallo (1991, 2008) e Ritter (1993), bem como o trabalho de Di Domenico (1995), apresentam diferentes representações das informações de gênero e número no nível do DP, como será comentado a seguir.

2.2.1

A proposta de Picallo (1991)

Ao pesquisar frases nominais em Catalão, Picallo (1991) propõe que gênero e número teriam suas próprias projeções funcionais. Para a autora, a estrutura de um sintagma nominal (NP) seria complexa, com uma categoria

funcional de gênero (GenP) entre a categoria funcional de número (NumP) e o sintagma nominal (NP), como se pode ver na representação abaixo (figura 2).

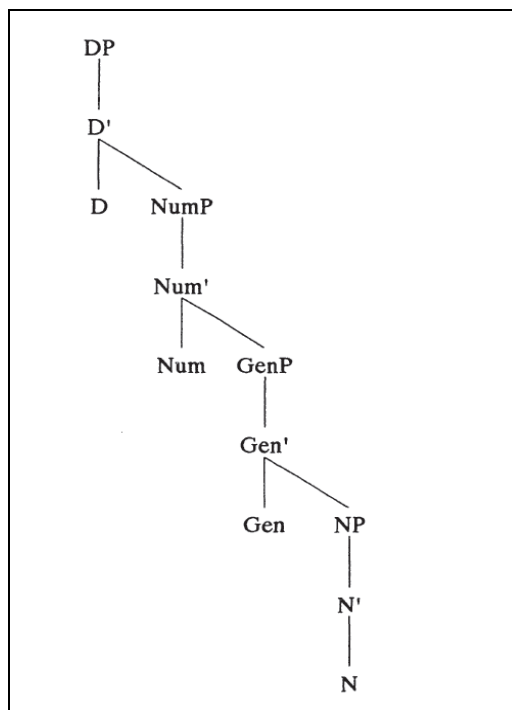


Figura 2: Representação dos núcleos funcionais NumP e GenP (Picallo, 1991)

Nesta estrutura, durante o processo de nominalização, os nomes do catalão entrariam sem marcas de gênero e número e seriam alçados para o núcleo funcional de gênero (GenP), onde receberiam o gênero. Em seguida, seriam alçados para o núcleo de NumP, a projeção funcional de número, onde receberiam o número. Apesar de a proposta de Picallo ter sido feita como base nos nomes do catalão, ela pode ser aplicada a línguas com estruturas parecidas no que diz respeito aos traços de gênero e número, como é o caso do espanhol (cf. Antón-Méndez, Nicol& Garrett, 2002) e do PB.

2.2.2

A proposta de Ritter (1993)

Ritter (1993), por sua vez, baseada em dados tanto do Hebraico quanto de línguas românicas, apresenta uma proposta diferente da formulada por Picallo

(1991). Ritter (1993) defende que número nuclearia sua própria projeção funcional enquanto gênero seria um traço, que apareceria ou ligado ao NumP ou como parte da própria entrada lexical do nome, dependendo da língua.

Ritter assume que o Hebraico e as línguas românicas apresentam a mesma geometria de traços, a única diferença entre elas é a posição do traço de gênero. Nas línguas românicas, o gênero é gerado como um traço no Num e pode ser ligado a um nome como uma consequência de um movimento sintático de N para o núcleo do NumP, conforme está representado na figura abaixo:

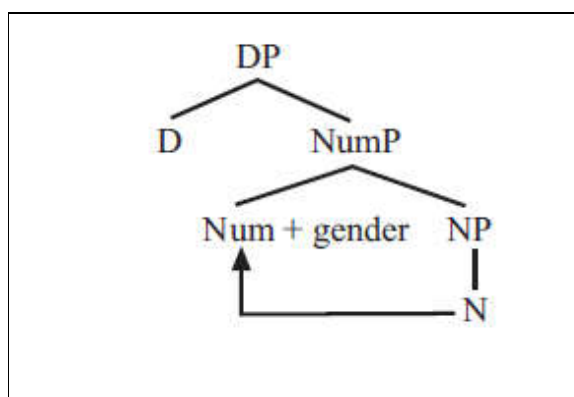


Figura 3: Representação do núcleo funcional NumP para línguas românica (Ritter, 1993)

Já no Hebraico, o gênero está ligado à raiz do substantivo (nome) e, por isso, aparece em todos os níveis de representação sintática, como ilustrado a seguir:

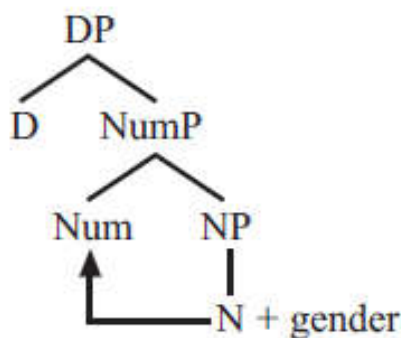


Figura 4: Representação do núcleo funcional NumP para o Hebraico (Ritter, 1993)

Ritter observa que em Hebraico a mudança de gênero está relacionada a um processo derivacional, diferentemente do que se teria nas línguas românicas. Em Hebraico, haveria três sufixos femininos: -et, -it, e -a(t), os quais, segundo Bat-El (1986), seriam derivacionais no caso dos nomes. Assim, enquanto *amud* (nome masc.) significa “página”, com o acréscimo de sufixo feminino (*amud-a*), tem-se outra palavra, que significa “coluna”. Já nas línguas românicas, o papel do gênero seria bastante diferente. A autora entende que a mudança de gênero no nome nas línguas românicas estaria restringida a nomes com referência humana ou animada. Com base na análise de Harris (1991) para o Espanhol, Ritter infere que mudança de gênero não seria uma estratégia produtiva para derivar novos nomes inanimados de outros existentes, e afirma que, em Espanhol, assim como número, gênero seria um traço puramente flexional; logo o traço de gênero não faria parte da entrada lexical do nome, como é o caso do Hebraico.

2.2.3

A proposta de Di Domenico (1995)

Uma proposta semelhante à de Ritter (1993) foi feita por Di Domenico (1995). Di Domenico também considera que não haveria uma projeção GenP. A autora, no entanto, vai diferenciar a representação relativa a gênero gramatical daquela associada ao gênero semântico. Para Di Domenico, o gênero gramatical seria parte da entrada lexical e acompanharia os nomes e o gênero semântico seria projetado em *Number Phrase* (NP). Para a autora, caso *Gender Phrase* (GenP) fosse postulada para a projeção sintática de gênero semântico, isso significaria que o falante precisaria escolher uma estrutura sintagmática diferente para os nomes com gênero gramatical e aqueles com gênero semântico.

2.2.4

A proposta de Picallo (2008)

Picallo (2008), já no âmbito da proposta minimalista, faz uma investigação acerca da relação entre gênero gramatical e o número gramatical do espanhol e catalão, línguas românticas compatíveis com o PB. A autora propõe que a flexão de gênero em um nome comum constitui uma correlação formal de um traço interpretável nos nomes que codifica linguisticamente processos de categorização¹. O traço de gênero é “hospedado” em uma projeção funcional nas estruturas nominais. Numa perspectiva minimalista, a relação entre gênero e número é justificada pela afirmativa que diz que a atribuição do número gramatical depende da atribuição de uma classe formal para uma categoria linguística.

Apesar do gênero gramatical não poder ser interpretável na categoria lexical de nome, Picallo propõe que ele seja um expoente formal de um traço funcional interpretável que a autora denomina por [CLASS]. Esse traço é “hospedado” na projeção funcional que dominaria o nome. Essa categoria teria diferentes formas de manifestação entre as línguas. Nas línguas Indo-europeias, por exemplo, é manifestada como um traço de gênero formal; já nas línguas românticas, o gênero gramatical segue o nome, emergindo como um sufixo quando evidente. Enfim, este traço pode aparecer de diversas formas: distinções perceptuais (físicas ou funcionais), hierarquia de animacidade (ou não animacidade), divisões naturais.

2.3

O fenômeno da concordância

No âmbito da teoria linguística, pode-se dizer que a recorrência de estudos acerca do fenômeno da concordância justifica-se em virtude da complexidade do

¹Todos os nomes comuns, seja do Catalão ou do Espanhol, devem pertencer morfológicamente a duas classes: a masculina e a feminina. Determinantes, pronomes e adjetivos sintaticamente relacionados com nomes ou com expressões nominais por concordância sintática ou anáfora também devem apresentar essa flexão. Nem o catalão nem o espanhol tem um terceiro gênero gramatical, chamado por muitos de neutro.

fenômeno, com diferentes padrões de concordância entre as línguas naturais. Essa complexidade e a relevância do assunto podem ser percebidas pelas várias tentativas de definição, como a de Corbett (2006, apud SILVA, MOURA e CERQUEIRA, 2012, p. 237), que define concordância – do inglês, *agreement* – como uma covariação sistemática entre uma propriedade semântica ou formal de um elemento e uma propriedade formal de outro. Corbett (2006) alega que, apesar de a concordância apresentar sérios problemas para as teorias da sintaxe e, também apesar da existência de razões semânticas para tipos especiais de concordância², o domínio em que ela é possível é sintaticamente determinado. Além disso, também é importante lembrar que o fenômeno da concordância pode ser visto em diferentes domínios: como NPs, DPs, frases e orações (cf. Acuña-Fariña, 2009).

A presente seção tem como objetivo abordar o modo como a concordância vem sendo tratada pela teoria gerativa. A primeira subseção trata da análise da concordância como um nó sintático enquanto a seção seguinte trata do fenômeno relacionado à ideia de compatibilidade de traços.

2.3.1

A concordância como um nó sintático

No âmbito dos estudos gerativos, em seus primórdios (Chomsky, 1957), a concordância e a morfologia verbal ainda eram questões obscuras. A estrutura oracional foi esquematizada pela seguinte regra de reescrita: $S \rightarrow NP\ Infl\ VP$.

Somente em *Government and Binding (GB)*³ (Chomsky, 1981) o esquema X-barra foi assumido, permitindo, assim, que estruturas oracionais mais articuladas, capazes de dar conta de todos os tipos de relações sintáticas, fossem

² Ao falar de razões semânticas para tipos especiais de concordância, fala-se sobre possíveis interferências semânticas no processamento da concordância, interferências que geram casos especiais de concordância baseados na norma padrão. Para maiores informações, ler o capítulo quatro de Rodrigues (2006), capítulo no qual a autora detalha algumas dessas razões, tais como: distributividade, coletividade e bipartidos, por exemplo.

³ Em Português, conhecido como Teoria de Regência e Ligação.

abordadas (Kenedy, 2013, p.196)⁴. A ideia central da teoria X-barra é a de que, em vez de apenas uma projeção da categoria lexical, haveria um nível de projeção intermediário – no caso, X', entre o núcleo (X₀) e a projeção máxima (X''). Essa projeção era conhecida com Projeção Máxima Fechada, e sua existência justificava-se pela combinação entre a posição de especificador (Spec) das categorias funcionais e o nível X', que projetava X''. Logo, o especificador seria imediatamente dominado por X'' e o complemento seria dominado por X'.

Nesse momento da teoria gerativa, são propostas as categorias funcionais IP (*InflectionalPhrase*), CP (*ComplementizerPhrase*) e DP (*DeterminerPhrase*) que, caracterizam-se de forma distinta das categorias lexicais, uma vez que apresentam uma e apenas uma posição de especificador e formam classes fechadas e restritas de elementos. Ao contrário do valor semântico atribuído às categorias lexicais, as categorias funcionais não são associadas a conteúdos semânticos e subcategorizam um, e apenas um, complemento.

Especificamente, a relação sujeito-predicado passou a ser sistematicamente articulada pelo nódulo funcional *Infl* (*Inflection*), nódulo esse que contém informações gramaticais como tempo, modo e os afixos de número e pessoa.

Já em 1986, os trabalhos de Chomsky defendiam a ideia de que uma sentença (S) deveria ser vista como uma projeção máxima de I (*Inflection*), do IP. Somente no final dos anos 80 e início dos anos 90, foi realizado um debate mais preciso sobre a natureza de *Infl*. Pollock (1989), a partir de uma análise de diferenças sistemáticas entre o Inglês e o Francês no que diz respeito à negação, advérbios, quantificadores etc., propõe que *Infl* não deveria ser considerado como um único constituinte com dois conjuntos diferentes de traços ([+Tense, +Agr]) e sim que haveria duas projeções máximas independentes – AgrP e TP. Propõe ainda que tanto o Francês quanto o Inglês teriam uma projeção máxima NegP. A seguir reproduzimos a estrutura proposta por Pollock (1989):

⁴ De acordo com Kenedy (2013, p. 196), a teoria X-barra daria conta de todos os tipos de relações sintáticas, tanto a relação de núcleo e complemento quanto a relação de especificador e núcleo ou, ainda, a relação de adjunção entre sintagmas.

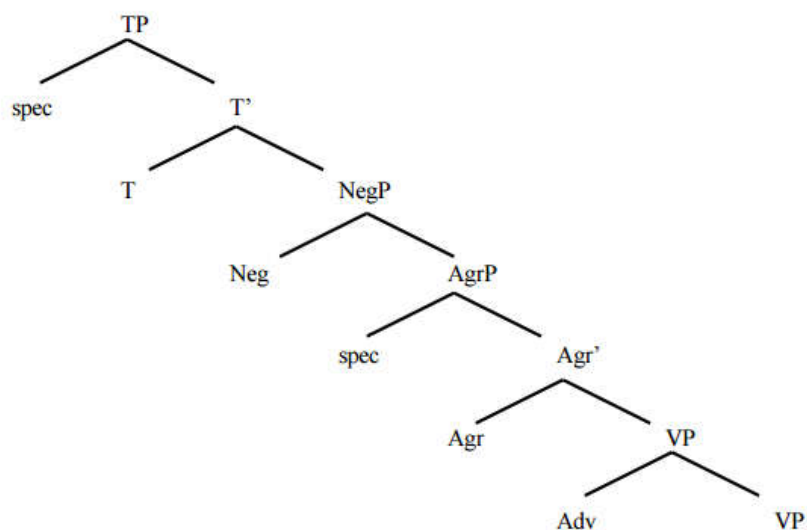


Figura 5: Estrutura da sentença segundo Pollock (1989)

Belletti (1990) conduz uma análise no mesmo espírito para o Italiano, mas propõe que AgrP domina TP, isto é que estaria à esquerda de T. Essa análise se justifica uma vez que a morfologia de tempo está dentro da morfologia de concordância tanto nos verbos em Italiano quanto em Francês. Isso fica evidenciado morfologicamente no caso de verbos com afixos, em que a marca de tempo é mais interna do que a de concordância⁵.

2.3.2

A concordância no Programa Minimalista

Em uma perspectiva gerativista mais recente, a minimalista (Chomsky, 1995 e 1999), é fundamental que se pense no fenômeno da concordância, relacionando-o com a noção de traço. As categorias nominais e funcionais apresentam um conjunto de traços formais, os traços de: gênero, número e pessoa,

⁵ Uma discussão mais aprofundada deste tópico foge ao escopo desta dissertação; remetemos o leitor aos textos originais e também a manuais de sintaxe, como o de Haegeman (1994).

entre outros, também conhecidos como traços-*phi*. Tal perspectiva nada mais é do que uma versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), na qual se argumenta a favor da ideia de design ótimo da faculdade da linguagem, que permite que as condições de interface, impostas pelos sistemas de desempenho (Conceitual-Intencional e Articulatório-Perceptual) sejam atendidas de forma satisfatória. Os sistemas de desempenho são responsáveis pela interpretação e leitura das instruções fornecidas nas interfaces: *logical form* (forma lógica - LF) e *phonological form* (forma fonológica - PF). Para o Minimalismo, a faculdade da linguagem é constituída por dois grandes elementos: o léxico e o sistema de computação. No léxico, tem-se as palavras de uma dada língua, constituídos por: (i) seus traços semânticos, que são lidos pela PL (interface semântica); (ii) por seus traços fonológico, lidos pela PF (interface fonética) e (iii) por seus traços formais, lidos pelo sistema computacional. No processo de derivação de uma sentença, ocorre a formação de uma *numeração* a partir de itens do léxico que irão compor a sentença a ser derivada; para composição da estrutura da sentença, algumas operações são implementadas no curso da derivação: *merge* (concatenar), *copy* (copiar) e *Agree* (concordar). Enquanto a primeira operação (*merge*) fica responsável pela combinação dos itens retirados da numeração; a segunda (*copy*) ocorre a partir de uma outra operação -*move*; ambas estão relacionadas uma vez que, quando um elemento se move, ele deixa uma cópia por meio da qual uma relação entre ambos (elemento movido e cópia) será estabelecida, mesmo que, mais adiante, a cópia seja apagada no componente fonológico.

De modo que apenas informação passível de ser lida pelos sistemas de desempenho chegue às interfaces - Princípio da Interpretabilidade Plena (*Full Interpretation*), faz-se necessário eliminar, no curso da derivação sintática, informação que não seja interpretável nessas interfaces. A eliminação dos traços não interpretáveis de um dado elemento se faz a partir do pareamento destes com traços interpretáveis de outro elemento, e duas possibilidades são consideradas no Programa Minimalista: um mecanismo de checagem de traços (Chomsky, 1995) e um mecanismo de valoração de traços (Chomsky, 1999). Na checagem, assume-se que os itens lexicais entrariam na derivação sintática com o valor de seus traços já definido e, por meio de um processo de verificação de compatibilidade dos traços

dos itens lexicais pareados, os itens lexicais teriam os valores de seus traços checados e os traços não interpretáveis seriam eliminados. Na valoração, os traços não interpretáveis são valorados no curso da computação sintática, também a partir do pareamento com traços interpretáveis de mesma dimensão. A seguir caracterizamos como seria implementada a concordância a partir da proposta de valoração.

Segundo Chomsky (1999), a operação *Agree* seria responsável pela valoração de traços *phi* dos elementos da sentença. Mais especificamente, o autor alega que elementos que possuem traços não interpretáveis, denominados *probe* (sonda), devem ser combinados – daí a ideia de concordância – com elementos com traços interpretáveis, conhecidos por *goal* (alvo). Essa combinação entre *probe* e *goal* valoriza os traços não interpretáveis da sonda (*probe*), que deve comandar o alvo (*goal*) que, por sua vez tem de estar no domínio local, sem que haja nenhum elemento com traços de mesma dimensão entre eles.

Apresentadas as operações proposta no Minimalismo e, antes de caracterizar a perspectiva gerativista para o fenômeno da concordância propriamente dito, é preciso falar sobre as categorias funcionais propostas no Minimalismo. Nessa vertente, algumas categorias funcionais, propostas no modelo de Princípios e Parâmetros, foram eliminadas, como é o caso da AgrS.

Dito tudo isso, pode-se entender agora o porquê de a ideia de valoração de traços poder explicar como a concordância entre sujeito-verbo é implementada. No caso da concordância entre sujeito e verbo no português por exemplo, o núcleo T da categoria TP é a sonda, com *traços phi* não interpretáveis de número e pessoa que precisam ser valorados. Essa sonda procura um alvo e, no caso de uma sentença transitiva, encontra um DP na posição de especificador com traços *phi* interpretáveis compatíveis. A sonda T tem, então, seus traços não-interpretáveis de número e pessoa valorados pelos traços interpretáveis de mesma dimensão do alvo e o traço de caso do sujeito passa a ser nominativo, como reflexo da operação. Ocorre também o movimento do sujeito para a posição de especificador de T, em função de um traço EPP (do inglês, *extended projection principle*). O verbo se move para T e recebe informação de tempo e número/pessoa.

No que tange ao tratamento dado ao traço de gênero, assume-se que esse traço – marcado em nomes de várias línguas – tem sido considerado como um item valorado e não interpretável numa sonda funcional (T ou v) e como um traço valorado mas não interpretável no conjunto de traços *phi* de uma categoria nominal que constitui um alvo em potencial.

Quanto às relações de concordância no âmbito do DP, Chomsky propõe um mecanismo de concordância especial, denominado *Concord*, por meio do qual ocorreria uma checagem de traços *phi in situ* (sem alçamento do nome para uma posição de especificador) para o estabelecimento da concordância entre D e N, por exemplo. Foge ao escopo deste trabalho discutir em detalhes como a concordância interna ao DP se estabelece. Consideramos, no entanto, relevante destacar o trabalho de Magalhães (2004), já que a autora, ao discutir a valoração de traços de concordância no DP, comenta dados do PB. Diferentemente de Chomsky, Magalhães alega não ser necessária a operação *Concord*, a autora afirma que a operação *Agree*, proposta por Chomsky (1999) para a valoração dos traços formais bastaria para que a concordância dentro DP pudesse ser implementada.⁶ De acordo com a Magalhães, a valoração dos traços dentro do DP ocorre da mesma forma em que ocorre a valoração dos traços *phinas* construções participiais: primeiramente, ocorre a valoração dos traços *phi* dos concordantes do DP, o traço de caso do DP é valorado quando “encontra” a sonda (*probe*). Tomando como base o trabalho de Abney (1987), Olsen (1989) e Longobardi (1994), Magalhães (2004) propõe que o traço de número seria interpretável nos determinantes, contrariamente à proposta de Chomsky, que considera que o traço de número seria interpretável nos nomes. Considera que D teria traço interpretável de número e não-interpretável de gênero. Diferentemente de autores como Picallo (1991), Ritter (1993) e Di Domenico (1995), a autora não assume um nó funcional NumP. A valoração do traço de número ocorreria no momento em que o D, com traços de gênero não-interpretáveis, se combinasse com um alvo, no caso o N, que apresentaria traço de gênero interpretável. Nesse momento, também ocorreria a valoração do traço de número do Nome: “No momento em que D e N se combinam, D valora o traço de número de N e ao mesmo tempo N valora o traço

⁶ Para maiores esclarecimentos sobre essa discussão acerca da concordância interna ao DP, ler Magalhães (2004) e Chomsky (1999)

de gênero de D.” (Magalhães, 2014, p.162). Note-se, contudo, que ainda falta valorar o traço de caso do DP. Essa valoração vai ocorrer, como descrito nesta seção, quando o DP entrar em relação de concordância com uma sonda. O DP será valorado como nominativo, se a sonda for T e, como acusativo, se a sonda for v.⁷

Antes de passarmos para próxima seção, faz-se necessário dizer que o estudo da concordância no âmbito do Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e 1999) é muito mais amplo do que o que foi por nós apresentado. Como nosso foco é outro, é o processamento da concordância em estruturas predicativas do PB, nesta seção buscamos apenas mostrar como a teoria gerativa se aplicaria na concordância das estrutura por nós investigadas.

2.4

O participio nas estruturas predicativas: características e contextos de uso.

Neste trabalho, analisamos o processamento da concordância de gênero e número em estruturas predicativas que envolvem os verbos ficar/estar + uma forma participial terminada em –do, conforme exemplificado abaixo:

(3) a- A placa dos consultórios ficava pregada na parede.

b- O telhado das casas estava quebrado na lateral.

Essas estruturas apresentam características particulares que as aproximam de orações predicativas envolvendo adjetivos e não há um tratamento/análise consensual na literatura para essas estruturas. Nas próximas seções, iremos apresentar brevemente uma revisão do tratamento que vem sendo dado a essas construções no Português, buscando apontar o que nos parece relevante para o estudo do processamento da concordância nessas estruturas.

⁷ Para uma revisão em português sobre representação dos traços de gênero e número no DP e sobre a implementação da concordância interna ao DP, além da referência a Magalhães (2004), remetemos o leitor a Name (2002).

2.4.1

Particípios resultativos e estativos – análise de Duarte & Oliveira (2010)

Duarte & Oliveira (2010) analisam os participípios em português a partir da tipologia de participípios em inglês proposta por Embick (2004). Segundo as autoras, no português, de modo similar ao inglês, seria possível distinguir os participípios em *eventivos*, *resultativos* e *estativos*, os quais seriam selecionados, respectivamente, pelos verbos *ser*, *ficar* e *estar*, conforme exemplos a seguir, reproduzidos das autoras:

(4)a. O teste foi corrigido pelo professor – Eventivo

b. O teste ficou corrigido – Resultativo

c. O teste está corrigido – Estativo

Segundo as autoras, como base em propriedades para diagnosticar os tipos de participípios, pode-se assumir que os participípios *eventivos*, com o verbo “*ser*”, teriam uma componente agentiva (que pode ocorrer com elementos *by phrase*) e uma componente eventiva. Já os participípios *resultativos* (com o verbo “*ficar*”) e os participípios *estativos* (com o verbo “*estar*”) não teriam essa componente agentiva. Assim, se diferenciariam entre si pela presença da componente eventiva no caso dos predicados resultativos e, pela ausência dessa mesma componente no caso dos predicados estativos.⁸

Com base nessa proposta, as autoras sugerem, elaborando sobre a proposta de Embick, a seguinte representação para as propriedades dos verbos que

⁸ Alves (2015) investigou se tanto passivas de estado resultante (*O réu está absolvido*) quanto passivas de estado alvo (*A porta está fechada*) licenciariam a ocorrência de um *by-phrase*. Em PB, *by-phrase* é aceito em algumas construções resultantes e também em construções de estado alvo; uma vez que, no PB há um *v* em ambas as estruturas estativas e, em algumas estruturas, o núcleo *Voice* (introdutor do *by-phrase* será licenciado)

tipicamente selecionam participios eventivos (ser), resultativos (ficar) e estativos (estar):

- ser: seleciona como complemento projeção funcional VoiceP com um traço eventivo
- ficar: seleciona como complemento projeção funcional AspP com um traço resultativo
- estar: seleciona como complemento projeção funcional AspP com traço [+Stative]

Para fins deste trabalho, em que optamos por trabalhar apenas com os verbos “ficar” e “estar”, reproduzimos a seguir apenas as representações sintáticas iniciais propostas pelas autoras para os verbos resultativos (figura 5), representado pela sentença “O fato ficou pago” e para o verbo estativos (figura 6), ilustrado pela representação arborea da sentença “O fato está pago”:

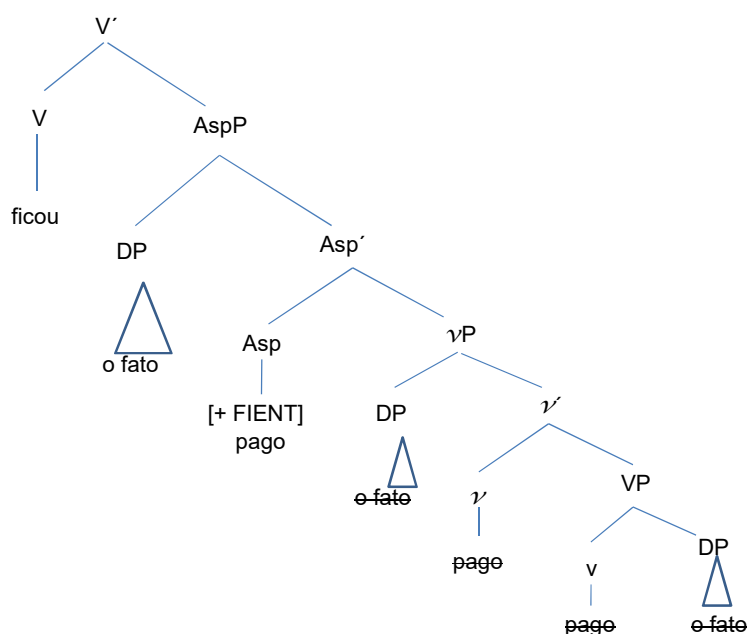


Figura 6: Representação sintática inicial de um participio resultativo (Duarte & Oliveira, 2010)

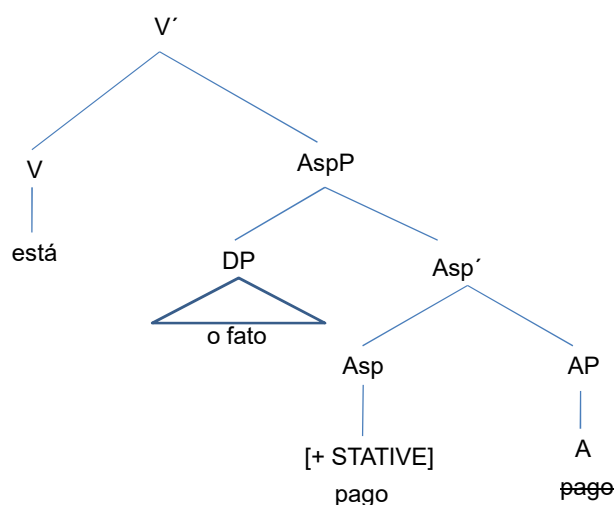


Figura 7: Representação sintática inicial de um particípio estativo (Duarte & Oliveira, 2010)

2.4.2

Particípios em construções com ficar e estar –análise de Veloso & Raposo (2013)

Veloso & Raposo (2013) traçam uma comparação entre adjetivos e particípios e alegam que as duas classes compartilham importantes propriedades morfológicas, sintáticas e semânticas e, por isso, ambos poderiam ocorrer em função atributiva e em orações copulativas, sobretudo com os verbos *estar* e *ficar*. Nesses contextos, os particípios assumiriam propriedades sintáticas e semânticas bastante semelhantes às dos adjetivos.

Morfologicamente, as duas classes apresentam variação em número (*triste tristes; comprado comprados*) e em gênero (*curioso curiosa; comprado comprada*). No que diz respeito à sintaxe, tanto os adjetivos quanto os particípios podem ocorrer em função predicativa (*As crianças são curiosas*) ou função atributiva (*Umas crianças curiosas*)⁹. Em função predicativa, os adjetivos com

⁹Exemplos dados pelos autores (Veloso & Raposo, 2013 p. 1477)

leitura episódica (*O Pedro ficou/está furioso*) e os participípios com leitura que envolve a ideia de mudança de estado, os participípios télicos (*O Pedro ficou/está cansado*), que podem ocorrer como predicadores de orações copulativas com os verbos de cópula “ficar” e “estar”, verbos integrantes das estruturas aqui investigadas, como já foi dito. Segundo os autores, este contexto (de função predicativa com os verbos “estar” e “ficar”) é o contexto em que os participípios mais se aproximam dos adjetivos, principalmente do ponto de vista lexical e gramatical.

Os autores expõem alguns contextos nos quais o número de propriedades semelhantes entre participípios e adjetivos oscila, ou seja, contextos no quais os participípios apresentam características em comum com os adjetivos. Para tanto, Veloso e Raposo (2013) apresentam as propriedades verbais e/ou adjetivais do participípio como representadas no quadro abaixo. Na esquerda, têm-se as propriedades estritamente verbais do participípio e, na direita, sua categorização como um adjetivo. Da esquerda para direita, as propriedades adjetivais vão aumentando, como indica a seta.

+ Verbo, – Adjetivo -----> - Verbo, + Adjetivo			
Tempos Compostos	Voz Passiva	Orações Copulativas	Recategorização Lexical
Ele tinha autorizado a reunião	A reunião foi autorizada	A reunião ficou/está autorizada	Uma opinião autorizada

Tabela 1: Estatuto verbal e adjetival dos participípios (Veloso & Raposo, 2013)

No caso especificamente de participípios em construções copulativas, com verbos *ficar* e *estar*, os autores alegam que os participípios não só ocorrem nos mesmos contextos que os adjetivos, mas adquirem propriedades, principalmente propriedades aspectuais. Em outros contextos, como tempos compostos e orações passivas, os participípios apresentam propriedades sintáticas e semânticas semelhantes às verbais, mesmo que apresentem propriedades morfológicas de adjetivo, como as marcas de gênero e número.¹⁰

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre o caráter verbal e nominal do participípio em português, remetemos o leitor aos trabalhos iniciais de Pimenta-Bueno (1986) e Pires (1996), e à resenha da literatura de Joaquim (2013). Pimenta-Bueno distingue as formas verbais das formas não-verbais do participípio. Enquanto as formas verbais “aconteceriam” somente após os verbos

Veloso e Raposo (2013) afirmam que, em orações com os verbos “ficar” e “estar”, os participípios perdem muitas de suas características verbais, em especial a componente semântica agentiva, aproximando-se semanticamente de adjetivos.

Os autores ainda diferenciam os verbos “estar” e “ficar” alegando que, com o verbo “ficar”, o estado resultativo é consolidado no momento da mudança; já com o verbo “estar”, o estado resultativo configura-se de forma estática, não está ligado à ideia de mudança propriamente dita, a qual só é possível por inferência, feita a partir do participípio e da informação pragmática relacionada tanto ao nosso conhecimento de mundo quanto ao contexto linguístico de uso.

Os participípios adjetivais teriam uma natureza inacusativa, no sentido que, assim como ocorre com os verbos inacusativos, estes participípios predicam sobre um sintagma nominal sujeito que funciona como argumento interno do verbo correspondente, como na frase (5) abaixo. Os adjetivos de leitura episódica denotam um estado com início ou fim delimitado temporariamente.

(5) Pedro ficou/está {furioso/triste/contente}

Por fim, os autores concluem que, em orações copulativas, um participípio pode ocorrer como predicador, uma vez que adjetivos e participípios são muito semelhantes. Os casos de predicação de base participial seriam uma espécie de

“ter” e “haver” em tempos compostos, as formas não verbais podem ser divididas em dois grupos: um com a base verbal [V + -DO], com verbo transitivo direto e outro com a mesma base [V + -DO], mas com um verbo diferente do transitivo direto. Nesse último grupo, os participípios se assemelhariam a adjetivos deverbais, como: arrependido, atrevido e comportado. No caso dos verbos transitivos diretos, os participípios poderiam desempenhar tanto a função de um adjetivo quanto uma função híbrida entre adjetivo e verbo, como em: “Camila foi considerada inteligente pelo menino” (exemplo de Joaquim, 2013). Para entender esses diferentes contextos, é fundamental que se tenham claras algumas características dos adjetivos e dos verbos, tais como: a possibilidade de se aceitar um sufixo de superlativo, a concordância em gênero e quantidade e a posição posterior ou não ao advérbio de intensidade. Pimenta-Bueno considera que, nos casos em que o participípio assume de fato a forma de um adjetivo e não possui característica de um verbo, ele deve ser categorizado como adjetivo. Já nos casos de comportamento híbrido, quando há concordância de gênero e número, mas não se aceita sufixo e nem substituição por adjetivo, tem-se o participípio passivo. Pires (1996), assim como Pimenta-Bueno (1986), procurou definir em quais contextos os participípios apresentam características tipicamente verbais, tipicamente adjetivas, e contextos nos quais o comportamento do participípio é híbrido, apresenta características de verbo e adjetivo. Ao tratar dos ambientes nos quais o participípio tem comportamento híbrido, Pires (1996) cita o caso de passivas que permitem uma análise dual: a passiva com leitura estativa (que faz referência à propriedade do indivíduo) daria aos participípios características de adjetivos, enquanto a com leitura não estativa (propriedade do evento) daria aos participípios características verbais, como ilustram as frases: “Essa janela já esteve quebrada, mas agora não está mais” e “Essa janela foi quebrada por alguém ou algo no passado”.

predicação de base adjetival. O constituinte que tem o particípio como núcleo, nos casos dos verbos *estar* e *ficar*, é considerado um *sintagma adjetival*.

2.5

Estruturas copulares e *Small Clauses*

Conforme foi visto na seção 2.4, as estruturas participiais junto a verbos como “estar” e “ficar” constituem para autores como Duarte & Oliveira (2010) casos de passivas adjetivas; outros autores, no entanto, como Veloso & Raposo (2013), entendem que os particípios junto a esses verbos apresentam propriedades bem próximas a dos adjetivos e tratam construções envolvendo os verbos “ficar” e “estar” + particípio como construções predicativas copulares. Nesta dissertação, assumimos essa segunda posição e adotamos a análise de Moro (1997) e de Stowell (1983), que mesmo não sendo específicas para o PB, auxiliam na especificação da estrutura dessas construções.

Moro (1997) assumiu que os verbos copulares (verbos de ligação¹¹), são estruturas de alçamento em sentenças predicativas. O verbo copular seria, então, responsável pela formação de uma sentença declarativa, uma vez que fornece a especificação temporal, condição necessária (segundo Aristóteles) para formação deste tipo de sentenças (sujeito + predicado + especificação de tempo). Ainda segundo Moro (1997), os sujeitos de construções com verbos copulares são sujeitos de *Small Clauses* (SCs) nominais. Gomes (2006) afirma que diferentes estruturas recebem esta denominação. De acordo com a autora, a função das SCs é servir de complemento para o verbo, elas estão diretamente relacionadas com os adjetivos.

Há várias teorias diferentes acerca das SCs, dentre elas destacam-se: a teoria da *Small Clause*, de Stowell (1983 e 1995); a teoria da predicação, de Willians (1983), Schein (1995) e, por fim, a teoria do predicado complexo, de Chomsky (1975). O presente trabalho assume a estrutura de *Small Clause*

¹¹ Verbos de ligação: *ser, ficar, permanecer, parecer, ficar, andar, continuar*.

(originalmente proposta por Stowell), proposta na qual a SC é tida como um único constituinte¹², formado pela sequência [NP XP].

Mais especificamente, Stowell (1983) opõe as SCs às sentenças plenas que são tidas apenas como uma projeção lexical, na qual o sujeito ocupa a posição de especificador dessa projeção. Em Stowell (1995) já se assume que as SCs podem conter uma projeção funcional. As SCs seriam, para o autor, frases adjetivas – do inglês, *adjectivephrase* (AP) – nas quais o sujeito do predicado adjetival estaria localizado em uma posição de sujeito dentro do AP. Por isso, em sentenças como *Johnseems clever*, o sujeito da SC é um vestígio. Na sentença, o verbo *inacusativoto seem* (que não seleciona argumento externo) seleciona uma SC como complemento, *Johnclever*, e é o AP (e não o verbo) que atribui papel temático ao sujeito *Jonh*. Como na posição de argumento interno, o verbo não atribui caso, o sujeito é alçado para a posição Spec de IP e o predicado (*clever*) permanece *in situ*, por isso o sujeito e o predicado da SC não aparecem juntos. Muito semelhante ao que ocorre na sentença, *Maria está feliz*, em PB, na qual o DP “A Maria”, sujeito de “Maria feliz”, é alçado para receber o caso nominativo e satisfazer o EPP que exige que todas as sentenças de língua tenham um sujeito (Chomsky, 1986).

¹²As principais teorias discutem se a sequência NP XP forma ou não um único constituinte e se o verbo matriz e o predicado XP formam um predicado complexo ou não. Das teorias citadas, apenas Stowell (1983e 1995) defende a ideia da SC como um constituinte único. Willians (1983) afirma que o NP é um argumento verbal, local onde a relação de predicação é estabelecida, Chomsky (1975) acredita ser o NP um argumento do predicado complexo formado pelo verbo principal e o XP.

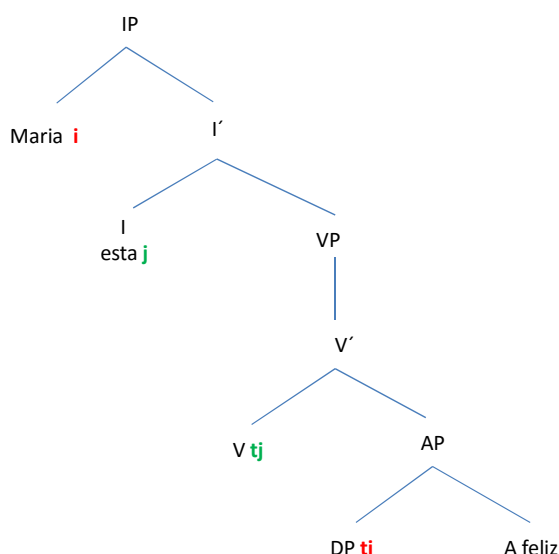


Figura 8: Representação de uma sentença com *SmallClause* como complemento do verbo.

Para Stowell, o domínio da predicação é sempre formado por uma oração que contém um predicado aplicado a um sujeito, a SC é a projeção máxima da categoria de seu predicado. É importante dizer que vários tipos de XP poderiam servir como domínios da predicação, dentre eles: NP, VP, AP, PP e IP e cada um destes XPs contém uma posição de sujeito. Gomes (2006) argumenta que a teoria de Stowell consiste, basicamente, numa hipótese geral e isomórfica acerca das estruturas sintática e semântica na predicação de línguas naturais.

2.6

A manifestação da concordância em estruturas predicativas com formas participiais

No que diz respeito à concordância nas estruturas investigadas, pode-se dizer que a maior parte dos trabalhos encontrados na literatura está inserida na área da sociolinguística (Scherre (1991), Vazzata-Dias (1996), Lucchesi (2009, Miara (2013), entre outros). Scherre (1991), por exemplo, estudou a concordância de número entre sujeito e predicativos/participios passivos na variedade popular do PB (ou seja, construções que não seguem a norma culta da língua), como: *já*

fomos assaltado; era revistada as bolsas, as menina tudo queimadinha(exemplos dados pela própria autora). Scherre fez uma análise probabilística de dados de entrevistas da amostra do Censo. Na análise foram consideradas variáveis linguísticas e sociais, dentre as variáveis linguísticas destacam-se: o paralelismo formal das sequências de predicativos e participios; as características formais do sujeito; as características formais do verbo; a estrutura do predicativo; os processos morfofonológicos de formação do plural; tonicidade de itens singulares; ordem dos elementos na estrutura; material interveniente entre verbo e predicativo e tipo de estrutura. A variável estatisticamente mais forte foi a variável do paralelismo formal do discurso, que indica que, em termos sentenciais, uma vez que o sujeito é plural (sintática ou semanticamente) o que importa é se o verbo está ou não marcado. Ou seja, a concordância do participio/predicativo, não se dá apenas pelo número do sujeito, mas também pelo número marcado no verbo. A autora sugere um cruzamento entre as características do sujeito e do verbo no intuito de embasar a afirmativa de que, em PB, a concordância acontece da esquerda para a direita sucessivamente (Guy,1981).

Ao trabalhar com as passivas verbais, Simioni (2007) faz considerações importantes sobre a gramática do PB e as concordâncias nominal e verbal. Segundo a autora, com base em Costa e Figueredo Silva (2006), a concordância nominal e verbal em Português varia em pelo menos três registros: o português europeu (PE); e dois registros do português brasileiro (PB): PB1 (sem redundância na marcação de número internamente ao DP, mas com concordância de número entre sujeito e verbo) e PB2 (não há redundância na marcação de número internamente ao DP, nem há concordância de número entre sujeito e verbo). Os autores alegam que, em PE, todos os elementos/constituintes da frase capazes de expressar morfologia plural e assim o fazem (*Os carros são lindos*), já no PB variações podem ocorrer no que se refere às marcações de número (*Os carros são lindo; Os carro é lindo*). No que diz respeito apenas à concordância nominal, no PE, como foi dito, há morfologia de número em todos os constituintes; enquanto que no PB o traço morfológico de plural tende a se manifestar só nos determinantes, como em: *Os/estes/alguns/uns livro muito bonito*. Caso o nome não receba a marca de plural, os elementos pós nominais

tendem a não receber também, *Os livro clássico da biblioteca*. No caso dos pronomes possessivos do PB, a marca plural tende manifestar-se tanto no determinante quanto no possessivo (*Os meus livro*); caso apenas um dos elementos carregue a marca plural, a marca costuma vir no pronome possessivo (*O meus livro*).

No que se refere à concordância sentencial, na variedade informal, há estruturas nas quais não há concordância entre as formas adjetivas ou participiais e o número do sujeito e, mesmo assim são tomadas como aceitáveis no PB, tais como: *As casa parecem bonita* e *As casa foram destruída*. As considerações sobre padrões de concordância das passivas também merecem destaque. Segundo Simioni (2007), há três padrões de concordância com estruturas passivas do PB. O primeiro caso seria referente à concordância plena, quando o DP concorda em gênero e número com o particípio e o verbo auxiliar concorda em número tanto com o DP quanto com o particípio, como em: *As provas foram deixadas em sala de aula*. No PB coloquial, há casos de concordância parcial, quando o particípio concorda obrigatoriamente em gênero com o DP, mas a concordância em número entre o DP e o auxiliar é opcional (*Umas prova foram deixada na sala*). Há ainda a concordância com incongruência em gênero e número entre o argumento DP e o particípio, como em: *Foideixado uma prova na sala*. Essa concordância *default* (com formas não marcadas, auxiliar na terceira pessoa do singular e particípio masculino singular) só é possível em posição pósverbal. A autora concluiu que, com exceção do padrão *default*, o particípio sempre concorda em gênero com o DP; a concordância em número é um pouco mais complexa, o auxiliar concorda obrigatoriamente em número com o DP sempre que o particípio também o faz, como em: “Essa prova foi deixada na sala” e “As provas foram deixadas na sala”.

Sobre essas diferenças entre o PE e as duas variantes do PB, tem-se a explicação de que se sobre uma diferença morfológica e não sintática, uma vez que não há movimento do verbo dentre os três registros. Costa e Figueredo Silva (2006) seguem a ideia de Halle e Marantz (1993) e Embick e Noyer (2001), e argumentam em favor da hipótese de que há morfemas que podem se manifestar em núcleos sintáticos independentemente dos movimentos realizados por estes núcleos. Os autores também seguem a ideia de Morfologia Distribuída quando

assumem dois tipos de morfemas: *singleton* e *dissociado*. Com base em Embick (1997) e Embick e Noyer (2001), os morfemas dissociados não são sintáticos e os morfemas *singleton* só se manifestam no elemento que sustenta a informação de número na interface interpretativa, como aconteceria nos determinantes do PB.

Para explicar a diferença na concordância entre sujeito e verbo nas duas variedades do PB, assume-se que, em PB1 (na norma culta), a configuração SpecHead gera concordância visível. Já no que se refere aos casos em que não há concordância, Simioni (2007) alega que, em construções passivas e de *smallclause* com argumento movido, podemos ter um DP com marcas redundantes de número que não dispara a concordância nos adjetivos e nos participípios (*As casas parecem bonita* e *As casas foram destruída*), assim como podemos ter um DP com marca apenas no primeiro elemento, disparando concordância não apenas no verbo, mas também no adjetivo e no participípio (*As casa parecem bonitas* e *As casa foram destruídas*).

2.7

Conclusão

Neste capítulo, buscamos apresentar os contextos sintáticos e morfológicos que envolvem as estruturas aqui estudadas: desde a representação sintática do DP sujeito (incluindo as representações sintáticas dos traços de gênero e número), as diferentes perspectivas linguísticas gerativas sobre o fenômeno da concordância propriamente dito, a caracterização das estruturas copulares e *smallclauses* até as diferentes abordagens sobre a forma do participípio. Diante de toda essa revisão sobre o que envolve a concordância em estruturas predicativas e os seus constituintes, acreditamos ter um embasamento para investigar o processamento da concordância em gênero e número de estruturas predicativas do PB.

No próximo capítulo (capítulo 3), nos deteremos no âmbito da produção, fazendo, num primeiro momento, um breve resumo acerca das etapas envolvidas

na produção propriamente dita e, em seguida, apresentaremos resultados de estudos experimentais acerca da concordância, tanto em PB como em outras línguas, estudos que foram relevantes para o nosso estudo sobre o processamento da concordância de gênero e número.